



**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O GOVERNADOR
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
ROGÉRIO ZANDAMELA**

**POR OCASIÃO
DA SESSÃO DE ABERTURA DO 47.º CONSELHO CONSULTIVO DO
BANCO DE MOÇAMBIQUE**

BEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2022

**Excelentíssimos Senhores Membros do
Conselho de Administração do Banco de
Moçambique,**

**Estimados Assessores, Gestores e
trabalhadores,**

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras, e

Meus Senhores

Muito bom dia!

Início a minha intervenção desejando boas vindas a todos participantes do Quadragésimo Sétimo Conselho Consultivo da nossa instituição, na esperança de que tenham feito uma viagem tranquila e que estejam adequadamente acomodados.

Endereçamos ao Governo da província de Sofala e às autoridades municipais da cidade da Beira, os nossos especiais agradecimentos e reconhecimento pela hospitalidade e pela inestimável colaboração na organização deste evento.

As nossas saudações são extensivas à comissão organizadora do quadragésimo sétimo Conselho Consultivo e aos colaboradores do Banco de Moçambique, pela dedicação e profissionalismo demonstrados na sua preparação.

Saudamos a todos os colaboradores do Banco de Moçambique que, no último ano, passaram para a situação de reforma, após décadas de trabalho nas quais deram o seu contributo para o engrandecimento da nossa instituição através do trabalho árduo, com elevado sentido de profissionalismo, empenho e brio profissional.

Permitam-me ainda que faça um reconhecimento a todos os colaboradores da instituição que perderam a vida nos últimos 12 meses. Em sua memória, peço que observemos um minuto de silêncio!

Muito obrigado!

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

É com enorme satisfação que iniciamos hoje os nossos trabalhos do quadragésimo sétimo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, que terá a duração de três dias, nesta bela cidade da Beira, que acolhe este evento pela segunda vez na história dos conselhos consultivos.

A realização do Conselho Consultivo fora da cidade de Maputo é um princípio que temos vindo a adoptar há alguns anos e que tem permitido tornar o papel deste órgão de consulta, cada vez mais abrangente, inclusivo e participativo.

Nos dois primeiros dias de trabalho, iremos debater assuntos internos da nossa instituição, que contribuirão para a busca de soluções com vista a melhorar, cada vez mais, a nossa actuação, com destaque para a “Monitoria da Implementação do Plano Estratégico do Triénio 2021-2023”.

Como tem sido prática, o terceiro e último dia de trabalho é dedicado à apresentação e discussão pública de um tema de interesse para o desenvolvimento das comunidades locais da província hospedeira do Conselho Consultivo, e com impacto no desenvolvimento socioeconómico nacional.

Para o presente Conselho Consultivo escolhemos o tema **“Desafios e Oportunidades da Indústria Açucareira em Moçambique - o Caso da Província de Sofala”**.

Com este tópicó, pretendemos identificar os estrangimentos e oportunidades existentes na indústria açucareira de modo a maximizar os seus ganhos sócio-económicos, com destaque para geração de emprego, divisas e promoção da competitividade.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Permitam-me que faça uma breve resenha do desempenho da economia nos primeiros 10 meses do ano em curso, bem como apresentar as perspectivas macroeconómicas para o ano que se avizinha.

Iniciamos o ano num ambiente marcado por algum optimismo traduzido pela melhoria da procura interna e externa e recuperação dos sectores mais afectados pela COVID-19, na sequência do alívio das medidas restritivas.

Esse optimismo era ainda exacerbado pela reconquista da nossa cidadania nos mercados financeiros internacionais após a conclusão do acordo com o Fundo Monetário Internacional do novo Programa de Crédito Ampliado, o que contribuiu para a retoma do apoio directo ao Orçamento do Estado, bem como o reforço da confiança perante os investidores internacionais.

Neste contexto, até à primeira metade do ano registamos uma melhoria na actividade económica, com uma taxa de crescimento do produto interno bruto real na ordem de 4,6 por cento, após um modesto crescimento de 2,1 por cento em igual período de 2021.

As Reservas Internacionais, por sua vez, rondavam nos 3 biliões de Dólares norte americanos, o suficiente para cobrir cerca de 5 meses de importações de bens e serviços até ao fecho do primeiro semestre.

Adicionalmente, continuávamos, ainda, a registrar estabilidade de preços, com a inflação em um dígito até Maio de 2022, num contexto de contínua estabilidade da taxa de câmbio.

Entretanto, o cenário macroeconómico doméstico alterou-se drasticamente na segunda metade do ano, como resultado da materialização dos riscos internos e externos, com destaque para os efeitos dos choques climáticos e para o aumento dos preços internacionais de produtos alimentares e energéticos na sequência do conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Com efeito, a inflação anual acelerou, tendo-se fixado em 12,0 por cento no mês de Setembro, após 6,0 por cento em igual período do ano passado, num contexto em que a taxa de câmbio continua estável.

Relativamente à posição externa do país, as nossas reservas internacionais brutas reduziram para atender as elevadas facturas de combustível e disponibilizar mais liquidez em divisas às Instituições de Crédito, mas ainda assim mantêm-se em níveis suficientes para cobrir cerca de três meses de importações de bens e serviços, excluindo as importações dos grandes projectos.

No concernente ao desempenho do sistema financeiro, em geral, e do sector bancário, em particular, registamos ao longo de todo ano uma melhoria dos principais indicadores financeiros, com destaque para os rácios de solvabilidade e rendibilidade dos capitais próprios, apesar do rácio do crédito malparado permanecer estável em níveis relativamente altos.

Foi neste contexto que, em Setembro de 2022, perante as perspectivas de elevação da inflação, o Comité de Política Monetária decidiu ajustar em alta a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, pela segunda vez no ano, em 200 pontos base, para os actuais 17,25 por cento.

Minhas Senhoras, e Meus Senhores

As nossas perspectivas para o médio prazo apontam para uma melhoria significativa do cenário macroeconómico doméstico.

Em relação à actividade económica, prevemos, para o curto e médio prazo, uma contínua recuperação da economia, impulsionada pela execução dos projectos energéticos em Inhambane e na bacia do Rovuma e pela retoma do apoio directo ao Orçamento do Estado pelos parceiros de cooperação.

Por seu turno, antevemos o retorno da inflação anual para um dígito no médio prazo, reflectindo os ajustamentos em alta das taxas de juro que temos vindo a fazer, aliado à estabilidade da taxa de câmbio que prevemos que se mantenha no curto e médio prazo.

Entretanto, no curto prazo, continuaremos a observar alguma pressão inflacionária, explicada pela repassagem do recente ajustamento dos preços dos combustíveis para os preços de outros bens e serviços.

No que diz respeito às reservas internacionais, perspectivamos para o médio prazo o contínuo fortalecimento da posição externa, em resultado do início da exportação do gás natural na bacia do Rovuma e da retoma do apoio directo ao Orçamento do Estado.

Importa sublinhar que as nossas perspectivas estão sujeitas a reavaliação, em função dos riscos e incertezas que ainda pairam a nível interno e internacional.

A nível interno, destacamos a ocorrência de eventos climáticos extremos, cuja frequência e intensidade aumentou nos últimos anos, com efeitos negativos sobre a produção agrícola e sobre as infraestruturas, bem como o prolongamento dos ataques terroristas na região norte do país com impactos negativos no tecido humano e empresarial.

A nível externo, destacamos a incerteza quanto ao prolongamento e proporções do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, com impactos sobre o aumento dos preços internacionais de produtos alimentares e energéticos.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

No âmbito das reformas estruturais em curso, temos vindo a beneficiar do apoio técnico do Banco Central da Noruega na implementação de diversas acções com objectivo de continuar a assegurar a modernização do Banco de Moçambique.

Durante o presente ano, tomámos um conjunto de medidas e acções visando salvaguardar a estabilidade e integridade do sistema financeiro nacional, expandir a cobertura dos serviços financeiros pela população e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições financeiras ao público.

No âmbito do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, com o apoio da assistência técnica do Governo Francês, desenvolvemos a metodologia e plataforma de supervisão baseada no risco, o que reforçou a nossa actuação nesta área, permitindo, entre outros, as seguintes mudanças:

Primeiro: melhoramos de forma significativa os mecanismos de identificação das fragilidades do sistema de monitoria, tanto do Banco de Moçambique, no âmbito das transacções realizadas a favor de seus clientes, bem como de outras autoridades de supervisão;

Segundo: desenvolvemos uma ferramenta analítica, com base numa plataforma informática moderna usada por bancos centrais de economias desenvolvidas, que permite monitorar de forma célere e eficaz as transacções que acontecem no sistema financeiro;

Terceiro: concebemos matrizes de riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo de várias instituições crédito e sociedades financeiras, que permitem mapear as áreas de maior risco em cada instituição de crédito antes mesmo de fazer a inspecção no terreno; e

Quarto: actualizamos as directrizes sobre branquamento de capitais e financiamento ao terrorismo para o sistema financeiro, incluindo os aspectos dos activos virtuais.

No domínio cambial, finalizámos os trabalhos de revisão da Lei Cambial, que mereceu aprovação em definitivo pela Assembleia da República no dia 26 de Outubro do corrente ano, que contempla as seguintes alterações principais:

Primeiro: introduzimos o princípio de abertura gradual da conta capital, facilitando assim a entrada e saída de fluxos financeiros para investimento e outras operações;

Segundo: reforçamos o princípio da meticalização da economia, visando a manutenção da estabilidade da nossa moeda, o Metical, através da obrigação do pagamento em moeda nacional nas transacções entre residentes em território nacional;

Terceiro: aperfeiçoamos os mecanismos de consolidação da posição externa do País, através do repatriamento e conversão de receitas das operações cambiais; e

Quarto: harmonizámos os diferentes regimes especiais sector de petróleo e gás, sem contudo, afectar os direitos já adquiridos.

No âmbito da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, operacionalizamos, em Junho último, a Central de Registo de Garantias Mobiliárias pelas instituições de crédito que operam no país, o que irá contribuir para o aumento dos níveis de inclusão financeira, através do alargamento de bens aceitáveis pelas instituições financeiras como garantia, mas também irá concorrer para a melhoria do ambiente de negócios.

Ainda ao nível dos esforços empreendidos na inclusão financeira, alcançamos, em Julho último, a interligação das operações entre as instituições de moeda electrónica que operam no país, nomeadamente, o M-kesh, M-pesa e E-mola, o que significa que os clientes destas três instituições de moeda electrónica podem transferir e receber dinheiro entre si de forma cómoda e segura, independentemente da instituição de moeda electrónica que tenham conta.

A interligação irá permitir reduzir os custos de transacção através de meios electrónicos, aumentando assim o acesso e uso dos serviços financeiros pela maioria da população moçambicana.

No âmbito das iniciativas para o fortalecimento do sistema de pagamentos e promoção da inclusão financeira, concluímos, com o apoio do Banco Mundial e da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, a proposta de Lei que estabelece o regime jurídico de contas bancárias, que foi aprovada em definitivo pela Assembleia da República no dia 26 Outubro do corrente ano, que, entre outros aspectos, estabelece:

Primeiro: a redução da idade mínima para abertura e livre movimentação de contas bancárias de 21 para 18 anos de idade;

Segundo: a conta bancária simplificada, ou simplesmente conta básica, relaxando os requisitos e os custos para sua abertura e movimentação, para permitir que as famílias mais carenciadas tenham contas bancárias em condições mais flexíveis; e

Terceiro: o Número Único de Identificação Bancária para os clientes do sistema bancário, em linha com as melhores práticas internacionais em matérias de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, garantindo sempre o sigilo da informação.

Adicionalmente, iniciamos o projecto de diagnóstico à literacia financeira, visando apurar as necessidades de educação financeira da população moçambicana, de modo a compreender as dinâmicas das suas principais componentes, nomeadamente, o conhecimento, atitudes e comportamentos financeiros, e, para o efeito, contamos com o apoio da *Alliance for Financial Inclusion*.

Ao nível da regulamentação e supervisão bancária, está em curso a revisão dos regulamentos prudenciais para permitir a transição dos acordos de capital de Basileia II para Basileia III, bem como o reforço do quadro regulamentar e de supervisão para a gestão dos riscos de cibersegurança.

No intuito de enaltecer a valorização do Metical, símbolo da soberania nacional, inauguramos as praças do Metical nas cidades de Xai-Xai, Lichinga e Pemba.

Procedemos, igualmente, a assinatura de um Memorando de Entendimento com o Conselho Municipal de Tete, para a construção da Praça do Metical na cidade de Tete e efectuámos o lançamento da primeira pedra para a construção da Praça do Metical na Vila de Mueda.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Com o intuito de garantir maior comodidade e conforto aos colaboradores do Banco e os utentes externos na disponibilização e acesso à informação económico-financeira, inauguramos as novas instalações da Biblioteca do Banco de Moçambique, que brevemente serão abertas ao público.

No âmbito da digitalização do Banco, aprovamos a criação da Comissão de Gestão do Programa de Transformação Digital, visando definir a estratégia de transformação digital ao nível do Banco, o respectivo plano de implementação e acompanhar a execução dos projectos de transformação digital.

Ainda no domínio da digitalização, constituímos um grupo de trabalho multidepartamental que está empenhado em pesquisar e recolher experiências internacionais sobre moeda digital dos bancos centrais, de modo a que possamos identificar um modelo que melhor se ajuste à nossa realidade, sem descuidar as questões relacionadas com a segurança cibernética.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

O cumprimento de cada uma dessas reformas é reflexo do empenho individual e colectivo, pois cada colaborador constitui um activo fundamental para materialização do mandato atribuído ao Banco de Moçambique, na qualidade de banco central e Autoridade Cambial da República de Moçambique.

Termino a minha intervenção, desejando uma excelente estadia nesta cidade e formulando votos que tenhamos um debate frutífero, franco e aberto e que saíamos daqui mais iluminados na busca de soluções criativas e inovadoras para ultrapassarmos os desafios presentes e futuros.

Nestes termos declaro aberto o Quadragésimo Sétimo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique!

Muito obrigado pela atenção dispensada!